

Ministro adverte colégios

O Ministro da Educação, Hugo Napoleão, reiterou ontem à noite, no Rio, que não vai tolerar os aumentos abusivos das mensalidades que vêm sendo praticados por algumas escolas particulares, nem que, para isso, tenha que tentar, junto ao Ministério da Fazenda, uma reavaliação dos critérios que levaram o Governo a adotar o sistema de liberdade vigiada para os reajustes das mensalidades. O Ministro esteve no Rio para entregar ao Prefeito Saturnino Braga um cheque de CZ\$ 177,5 milhões para a reconstrução das escolas danificadas

pelas enchentes de fevereiro.

Em Brasília, representantes dos Conselhos Estaduais de Educação se reuniram com o Secretário Geral Adjunto, Hélio de Mattos, e ficou decidido que a responsabilidade de fiscalizar o reajuste das mensalidades continuará com os CEEs, mesmo não tendo condições para fazê-lo. O Secretário Hélio de Mattos volta a se reunir na próxima semana com o Assessor Especial do Ministério da Fazenda, Cláudio Adilson Gonzales, para analisar a proposta alternativa ao Decreto 95.720, que instituiu a

chamada liberdade vigiada (as escolas aumentam as mensalidades, dentro de certos limites).

Mattos considerou ainda muito cedo para a revogação do Decreto, já que os 24 Conselhos presentes ao encontro de ontem apresentaram apenas 40 denúncias de abusos. Ele informou que os CEEs que se julgarem desaparelhados para a tarefa da fiscalização poderão solicitar ao Conselho Federal de Educação assessoria técnica e até uma equipe de auditores para estudar a situação de cada colégio.

— Nós poderemos obrigar um estabelecimento de ensino a reembolsar os pais de alunos os valores cobrados a mais, corrigidos pela OTN. Como medida extrema, o CFE pode até fechar um colégio — disse o Secretário Geral Adjunto.

O MEC pediu aos CEEs que julguem as denúncias no menor tempo possível. O decreto que instaurou o regime de liberdade vigiada, a partir do dia 11 de fevereiro, prevê um tempo máximo de 60 dias para o parecer dos CEEs.